

# A TRAJETÓRIA DO COLÉGIO PEDRO II E AS MUDANÇAS PROVOCADAS PELA LEI 12.677/2012

## THE TRAJECTORY OF COLÉGIO PEDRO II AND THE CHANGES CAUSED BY LAW 12.677/2012

Diogo Martins de Oliveira 1  
Adjovanes Thadeu Silva de Almeida 2

**Resumo:** Por ser uma instituição nascida junto aos primeiros projetos educacionais para o Brasil e por ter desempenhado o papel de colégio modelo para a criação de outros, o Colégio Pedro II tem registrado em sua história decisões e projetos educacionais concebidos com objetivos nacionais. Este artigo tem por objetivo analisar o percurso histórico do Colégio Pedro II, desde o momento de sua criação em 1837 até os dias recentes, quando se equiparou aos Institutos Federais por meio da Lei 12.677/2012, bem como busca examinar a documentação produzida pela instituição ou relacionada a ela, assim como a legislação aplicada à instituição, a fim de elucidar as mudanças percebidas na instituição ao longo de sua existência, destacando os ciclos de expansão, as eventuais dificuldades encontradas e os motivos que levaram o Colégio a reformular seu modelo educacional para continuar a oferecer ensino público de qualidade.

**Palavras-chave:** Colégio Pedro II. Educação profissional. História da instituição. História da educação.

**Abstract:** Being an institution born alongside the early educational projects for Brazil and having played the role of a model school for the creation of others, Colégio Pedro II has decisions and educational projects recorded in its history conceived with national objectives. This article aims to analyze the historical trajectory of Colégio Pedro II, from its establishment in 1837 to recent times when it became equivalent to Federal Institutes through Law 12.677/2012. It also seeks to examine the documentation produced by the institution or related to it, as well as the legislation applied to the institution, in order to elucidate the perceived changes in the institution throughout its existence. This includes highlighting expansion cycles, any difficulties encountered, and the reasons that led the school to reformulate its educational model to continue offering quality public education.

**Keywords:** Colégio Pedro II. Professional Education. History of the Institution. History of Education.

- 
- 1 Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (Pelo ProfEPT / Colégio Pedro II). Atualmente é bibliotecário no Colégio Pedro II. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2880197339258393>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9728-7211>. E-mail: [diogomo@outlook.com](mailto:diogomo@outlook.com)
  - 2 Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre em Educação (UERJ) e Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é professor do Colégio Pedro II, onde atua na Educação Básica (turmas de Ensino Fundamental e Médio) e no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Mestrado - PROFEPT). Professor titular do departamento de História do Colégio Pedro II. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2498762086139658>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1618-4153>. E-mail: [adjovanes@cp2.g12.br](mailto:adjovanes@cp2.g12.br)

## Introdução

O presente artigo procura analisar a trajetória do Colégio Pedro II, especialmente a partir de sua equiparação com os institutos federais, a partir de 2012. Nesta reflexão, destacamos a mudança de perfil discente ocorrida nos últimos anos, com a abertura de turmas do Ensino Médio Integrado (na modalidade PROEJA), assim como, mais recentemente, o investimento no ensino superior, com a abertura de cursos de Licenciatura e pós-graduação (*stricto e lato sensu*), sem, todavia, abdicar do Ensino Fundamental e do Ensino Médio propedêutico.

Desde a sua criação, em 1837, o Colégio Pedro II vivenciou diferentes formas de regime político, políticas escolares e políticas pedagógicas. Os prédios históricos da instituição se viram transformados de um seminário para meninos órfãos em um colégio para formar a elite política e intelectual do país. Durante quase um século o Colégio Pedro II, enquanto reflexo das ideias de seu tempo, impossibilitou o ingresso de estudantes do sexo feminino. Em mudanças de regime político, por vezes foi utilizado como paradigma de ensino a ser seguido. Passou por três ciclos de expansão, aumentou sua oferta de matrículas e gradualmente deixou de ser um colégio formador da elite nacional ao ampliar seu acesso e abranger sua região de atuação.

Em sua última grande mudança, já na virada para século XXI, o Colégio deixou de ofertar unicamente o ensino básico propedêutico ao se equiparar aos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica e passou a ofertar o ensino médio integrado ao técnico, PROEJA, graduação e pós-graduação.

Para descrever e analisar a história do Colégio Pedro II realizamos pesquisa documental em livros e documentação sobre diretrizes e políticas pedagógicas produzidos na própria instituição, em leis, decretos e atos administrativos que versam sobre o Colégio Pedro II ou tratam sobre tema relacionado a ele; ressaltou-se, ainda, que mantivemos a grafia original dos documentos. Por fim, para demonstrar a diversificação na oferta de novas modalidades de ensino ao se equipara aos Institutos Federais, consultamos documentação administrativa que descreve o perfil discente atual da instituição e seus cursos ofertados.

## A criação e a expansão do Colégio Pedro II

Durante o estudo da história de algumas instituições, por vezes se faz necessária a compreensão de sua importância e influência junto a história do país, assim ocorre quando analisamos o Colégio Pedro II. Durante décadas a instituição esteve tão próxima ao governo central que decisões tomadas em seu âmbito demonstraram ser parte do registro da história política e educacional brasileira, e mesmo após ter sua importância política naturalmente diluída, as transformações ocorridas em sua política pedagógica também demonstraram ser reflexo das ideias preponderantes em alguns momentos no país.

Neste trabalho trataremos do percurso histórico do Colégio Pedro II, de sua criação até o processo de equiparação aos institutos técnicos federais e seu paralelo com a história da educação do Brasil.

A importância histórica da fundação do Colégio Pedro II, para além do seu valor enquanto principal instituição de ensino secundário do Império, também se revela pelo momento e intenção em sua criação. A instituição foi fundada em 1837, dentro do chamado Período Regencial, durante o qual ocorreram em múltiplas províncias diversas revoltas movidas por insatisfação com o governo central, falta de condições sociais e a ausência de uma identidade nacional.

Neste período, junto ao Colégio Pedro II, foram fundados o Arquivo Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB. Wehling (2009) descreve a criação das três instituições como um projeto do governo imperial para eliminar as tendências secessionistas após tentativas fracassadas nos governos de Feijó e Araújo Lima. Caberiam a estas instituições nortear a educação secundária, organizar a informação de interesse público e consolidar a identidade nacional.

O Imperial Colégio de Pedro II, porém, não teria somente como objetivo ser instituição modelo para o ensino secundário brasileiro. Existia também a intenção de atuar na formação de uma identidade nacional e de uma elite intelectual e política que seria responsável pelo projeto de desenvolvimento e consolidação do país. Mas, apesar de ter sido planejado como uma instituição

para formar a elite nacional, durante toda a sua existência o Colégio reservou vagas para alunos carentes<sup>1</sup>. A oferta de ensino gratuito para alunos pobres se deveu a escolha da manutenção deste serviço que já era oferecido pelo seminário do qual ele derivou.

Macedo (2005) relata que a história do Colégio Pedro II (ou melhor, do espaço onde passou a se localizar essa instituição de ensino) se iniciou pelo menos um século antes de sua fundação, com o “Seminário dos órfãos de São Pedro”, que, após seu fim, teve suas atividades absorvidas pela Igreja de São Joaquim, recebendo então o nome de “Seminário de São Joaquim”. O Seminário oferecia estudos a meninos ricos e pobres, sendo mantido pela anuidade paga pelos seminaristas ricos e pelos donativos conseguidos pelos pobres, bem como por doações avulsas e pela renda de imóveis pertencentes à Igreja.

No ato de sua criação, através do decreto federal de 2 de dezembro (1837) que convertia o Seminário de São Joaquim em Collegio de Pedro II, o artigo 11 possibilitava a admissão de até vinte e nove alunos gratuitos (sendo 11 internos e 18 externos), mesma quantidade oferecida antes da pelo Seminário. Ainda no Império seriam adotados outros critérios para a concessão de gratuidades: filhos de professores com dez anos de serviços no magistério, alunos pobres que se destacaram no ensino primário e filhos de militares mortos na Guerra do Paraguai.

Apesar do projeto de criação de um Estado-nação onde a organização e padronização do ensino secundário seria uma das propostas, Haidar (2008) cita que o próprio Colégio Pedro II, instituição modelo para as demais, continuou por décadas oferecendo aulas públicas avulsas e realizando exames parcelados concomitantes ao ensino seriado. Outras instituições educacionais, sejam públicas ou privadas, também permaneceram oferecendo aulas isoladas.

Não podemos negar com isso que, durante o período monárquico, o Colégio Pedro II teve papel importante na formação de uma elite intelectual que conduziu o país nas mais diversas áreas, sendo oriundos dele escritores, artistas, políticos e professores renomados e reconhecidos até hoje por sua relevância. De fato, o diploma de bacharel concedido apenas a quem lá estudava dava acesso livre de provas ao ensino superior no país e reconhecimento social a quem o portasse.

A situação educacional do Brasil durante o Oitocentos não pode ser compreendida destacada da reduzida oferta de ensino existente. Em grande medida, semelhante contexto devia-se às estruturas socioeconômicas vigentes durante o Segundo Reinado: um país essencialmente rural, um sistema de transportes insuficiente para grandes deslocamentos populacionais, uma educação formal fortemente associada aos grupos sociais dominantes, com escolas, públicas e privadas, escassas e concentradas majoritariamente nas capitais e nos poucos centros urbanos do interior.

Assim, compreende-se melhor que o Colégio Pedro II, mesmo estando localizado na capital do Império, pouco aumentou o quantitativo de alunos atendidos até por volta dos anos 1900, mesmo com a inauguração do Internato em 1857 (cf. Marinho, 1938); com efeito, a documentação interna existente no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM) nos possibilita observar que, a partir de então, o Colégio teve um crescimento no quantitativo de alunos que por lá passaram, chegando ao número de 2.977 alunos atendidos em 1938, tendo partido de um total de 91 cem anos antes. Porém, o aumento de alunos matriculados nos anos 1930 se deu mais pela demanda crescente da população do que pelas condições existentes no Colégio.

Em 1937, durante a comemoração do centenário de criação do Colégio Pedro II, o ministro da Educação, Gustavo Capanema, proferiu discurso em que abordava, separadamente, os ensinamentos primário, profissional e secundário, atribuindo ao ensino primário, além da finalidade de alfabetizar, a tarefa de acabar com a situação do país de “ter a maior parte de sua população em estado de completa incultura, incapaz de vincular-se, de maneira completa, ao serviço da nação”. Ao ensino profissional, entendido aqui tanto no nível do primário como do secundário, é atribuída a tarefa de adaptar o trabalhador brasileiro às condições contemporâneas e aos meios de produção, formando uma grande quantidade de mão de obra qualificada apta aos mais variados ramos profissionais: industrial, agrícola, comercial e doméstico. Quanto ao secundário, o ministro defende que, dentre outras finalidades, cabe-lhe “acentuar o caráter cultural do ensino secundário, de modo que ele se torne verdadeiramente o ensino preparador da elite intelectual do país” (Horta, 2010, p. 121).

<sup>1</sup> Desde sua criação até o ano de 1951 o Colégio cobrou taxa e anuidade para o estudo, porém, como consta nos Regimentos internos referenciados, sempre houve reserva de vagas para alunos pobres. Após o Decreto 29.396, de 27 de março de 1951 foi posto fim dessas cobranças para qualquer aluno ingressante.

O discurso de Gustavo Capanema, apesar de dedicado à educação brasileira, transmite bem a mensagem do que seria o governo Vargas e qual o papel da formação escolar em seus planos. Uma das principais marcas dos governos Vargas é a política de industrialização para o país, e para isso precisaria de mão de obra de maior qualidade. Estando ainda o Brasil com a maior parte da sua população analfabeta, educá-los, considerando a distribuição geográfica do país e a falta de estrutura material e de pessoal, seria um projeto árduo para o governo fazê-lo de forma mais acelerada. Estando alfabetizados seria preciso o Estado formar profissionais aptos aos serviços que a industrialização demandaria. Para isso o governo trabalharia de forma mais direta lançando um programa para educação profissional, no qual novos locais de formação seriam construídos, conforme afirma Capanema em seu discurso:

As escolas federais existentes, muitas das quais tão limitadas tão limitadas de eficiência, estão sendo remodeladas e transformadas nesses liceus. Por outro lado, liceus novos e modelares estão sendo construídos. No decorrente ano, foram iniciadas as obras de quatro grandes estabelecimentos: um no Distrito Federal, outro em Manaus, outro em São Luiz, e outro em Vitória. Dentro de alguns dias, a construção de outro liceu será iniciada em Pelotas. Está sendo organizado o projeto do liceu de Goiânia, a que se seguirá a elaboração do projeto do liceu de Belo Horizonte (Horta, 2010, p 120).

Quanto ao Colégio Pedro II, Capanema lembra o objetivo da instituição exposto por Bernardo Pereira de Vasconcelos no ato de sua criação e afirma que o manteria como estabelecimento padrão, “pois esta é a sua finalidade secular” (Horta, 2010, p. 121).

Cabe ressaltar que, após a proclamação da República o Colégio Pedro II, enquanto instituição com simbologia fortemente ligada ao período imperial, sofreu diversas tentativas de redução de suas funções e importância. Além de ter seu nome modificado algumas vezes até voltar a ser Pedro II, pouco antes da Revolução de 1930 foi publicado o decreto nº 5.241, de 22 de agosto de 1927, que em seu caput anuncia que:

Cria o ensino profissional obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, bem como no Collegio Pedro II e estabelecimentos a este equiparados e dá outras providências [Sic] (Brasil, 1927).

O aumento da oferta de ensino profissional se fazia necessário para o desenvolvimento econômico brasileiro; porém, durante a I República tal modalidade de ensino direcionava-se às camadas mais pobres da sociedade, pois formavam trabalhadores com baixa remuneração e funções mais operacionais, enquanto que o Colégio Pedro II possuía a tradição de formar alunos que prosseguiriam para o ensino superior e comporiam a elite intelectual do país. Esta tradição era demonstrada por vezes na defesa dos interesses do Colégio por parte de seus professores e ex-alunos que, utilizando-se de sua posição social, a protegiam de tentativas de diminuir o papel da instituição ou pleiteavam melhorias. A exemplo de defesa temos a tentativa de municipalização do Colégio através de uma emenda apresentada na construção da Constituição de 1934, apresentada pelo Deputado Celso Prado Kelly (Santos, 2018, p. 54). O Colégio Pedro II evitou sua municipalização com apoios de deputados ligados ao Colégio e até do presidente da Assembleia.

Por sua vez, o decreto de 1927 fixava determinações importantes para a quase centenária instituição educacional sediada na capital republicana:

Art. 3º No Collegio Pedro II e em quaesquer estabelecimentos de instrucção secundaria, mantidos pela União, como tambem nos equiparados, serão installadas aulas de artes e officios, sendo livre ao alumno o escolher aquelle em que se queira especializar, não se dando, porém, o certificado da conclusão do curso sem essa especialização.

Paragrapho unico. Os que pretenderem o certificado de habilitação profissional, sem haverem cursado estabelecimento de instrução secundária oficial, serão admittidos a prestar o respectivo exame para esse fim em qualquer estabelecimento official ou equiparado [Sic] (Brasil, 1927).

Contudo, a publicação do decreto 5.241, de 1927, apesar de direcionar sua aplicação ao Colégio Pedro II no próprio caput e, mais extensamente no artigo 3º, parece não ter surtido efeito: a ausência de registros sobre a aplicação do ensino profissional no Colégio nesta época, ou até mesmo sobre a discussão para a implementação, bem como os discursos de Vargas (1937) e Capanema no centenário da instituição apontam que o Colégio permaneceria tendo um caminho próprio por mais algum tempo e servindo como escola referência para as demais; de acordo com a documentação consultada (atas da Congregação, portarias do Diretor-Geral), podemos inferir que a supra-citada tradição demonstrava sua força em relação ao referido Colégio. Por outro lado, a expansão da oferta de matrículas e, conseqüentemente, da construção de escolas pelo país mitigariam aos poucos a justificativa da existência de uma instituição modelo para as demais.

De fato, a existência de um colégio referência para os demais se justifica apenas quando um país ainda está iniciando seu processo educacional, sendo neste momento um modelo para a criação dos novos colégios e de um padrão de ensino. O fato do Colégio Pedro II ter permanecido por, pelo menos, um século como instituição modelo talvez se refira menos à excelência do ensino no Pedro II e mais ao atraso brasileiro em seu projeto educacional.

Junto ao processo de urbanização e industrialização que o país passava, aumentou a necessidade do estudo formal no Brasil, principalmente nas capitais. Naturalmente o Colégio Pedro II viu sua demanda por matrículas aumentar além de sua capacidade, resultando, na década de 1950, no primeiro processo de expansão do Colégio após a criação do Externato e do Internato. Neste ciclo foram criadas a Seção Norte, atual campus Engenho Novo, a Seção Sul, atual campus Humaitá, e o Anexo Tijuca, atual Campus Tijuca. A alta procura se confirmou quando as três seções chegaram a possuir três turnos de aula até 1961 (Santos, 2018, p. 74). Em meio ao processo de expansão do Colégio ainda seria publicado o Decreto 29.696, de 27 de março de 1951, isentando de cobrança de taxa ou mensalidade qualquer aluno matriculado no Pedro II, bem como em qualquer estabelecimento de ensino secundário que viesse a ser fundado.

A publicação do decreto e o processo de expansão da instituição foram passos importantes para a adaptação do Colégio às necessidades vigentes da política educacional do país, na qual substituiria seu propósito inicial de formação de uma elite intelectual para uma instituição com acesso mais democrático e preocupações sociais mais amplas. A sociedade brasileira já não carecia tanto de um colégio padrão como precisou nos primeiros cem anos de existência do Colégio Pedro II. Caberia agora outro objetivo, o de manter a qualidade do ensino para servir ao crescente processo de democratização do acesso ao ensino formal. Ressalte-se, todavia, que tal expansão mantinha o Colégio Pedro II apartado da modalidade de ensino profissionalizante, que, em linhas gerais, seguia, até a promulgação da Lei 4.024, as diretrizes produzidas durante a gestão Capanema à frente do Ministério da Educação (por exemplo, o decreto-lei 4073/1942 que tratava do ensino industrial).

Entre os anos de 1968 e 1973 o país vivenciou o que foi denominado como o milagre econômico brasileiro, período no qual o Brasil cresceu à taxa média de 10,2% ao ano. Este boom na economia se deu em um modelo econômico com práticas keynesianas voltadas para o comércio exterior em uma conjuntura econômica internacional favorável. Com os resultados econômicos vindo acima das expectativas até do próprio governo, os governantes perceberam que, junto ao ritmo de crescimento do país aumentava a necessidade de profissionais mais qualificados, e que sem eles o desenvolvimento econômico seria limitado. O diagnóstico era claro, porém mais uma vez parece que o planejamento realizado não atendeu aos objetivos inicialmente formulados.

O governo Médici, sustentando a necessidade de trabalhadores para o país, nomeou em 1970 nove especialistas para a elaboração de um anteprojeto para a área da educação. Dois meses depois foi apresentado o que viria a se tornar a lei 5.692 (1971), que tornaria a oferta de ensino profissionalizante obrigatória para qualquer escola, pública ou privada. Jarbas Passarinho, então ministro da Educação, argumentou que a reforma implicava em “abandonar o ensino verbalístico



e academizante para partir, vigorosamente, para um sistema educativo de 1º e 2º grau voltado às necessidades do desenvolvimento” (Beltrão, 2017). O governo buscava com isso, reduzir a demanda para o ensino superior e aumentar a profissionalização, como o próprio ministro Jarbas afirmou, seria possível abandonar o ensino meramente propedêutico para dar terminalidade ao segundo grau. A terminalidade que o ministro cita seria a possibilidade de que o aluno formado no segundo grau terminasse ali seus estudos e, também, possuísse uma profissão para entrar no mercado de trabalho

A execução do projeto lidou com uma realidade adversa, pois o país não possuía professores suficientes para formar os profissionais idealizados pela lei 5692/71; ademais, percebeu-se que adequar todas as escolas de segundo grau demandaria mais verbas do que o governo federal estava disposto a dar.

Com isto, o Colégio Pedro II se viu obrigado pela própria lei a modificar o seu modelo de ensino de tradição humanista propedêutica para oferecer ensino profissional exigido pela lei. Sendo o Diretor Geral o professor Vandick da Nóbrega, afeiçoado ao regime militar, o Colégio prontamente se dispôs a implementar o ensino profissional já no ano seguinte, dando uma prova de que o Pedro II não seria um colégio reacionário, como estava sendo qualificado (Nóbrega, 1974).

No ano seguinte, Vandick encontraria dificuldades para a implementação adequada, relatando queixas dos alunos que alegavam que as aulas das disciplinas profissionalizantes não estavam sendo ministradas. O Colégio ainda informaria que não possuía estrutura material e de pessoal para oferecer os cursos com qualidade, e que, mesmo após projetos juntos ao Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN), encontrava dificuldade orçamentária. Como saída, a instituição realizou parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) para a oferta das disciplinas técnicas, e mesmo assim, ao fim deste período ficou constatado que a oferta do ensino profissional não atendeu a expectativa do Colégio Pedro II (cf. Lima, 2021).

Assim como no Colégio Pedro II, a aplicação do ensino profissionalizante nas escolas de todo o país encontrou diversas barreiras apontadas pelo próprio CFE. Em 1975 o Conselho emitiria o parecer 76 (1975) no qual são apontados os problemas encontrados na implementação da lei e as diretrizes a serem seguidas a partir daquele momento.

De todo modo, a partir de 1976 (Santos, 2018, p. 97), o Colégio Pedro II adequou-se aos ditames da lei 5692/71, procurando habilitar seus estudantes em diversas áreas do ensino técnico: edificações, eletrônica, eletrotécnica, contabilidade, tradutor e intérprete, entre outras.

Ao todo, o Colégio oferecia 140 turmas de 2º grau com Habilitação Profissional, sendo 60 no Externato Frei de Guadalupe e 66 no Externato Bernardo de Vasconcelos. As aulas ocorriam nos três turnos: manhã (de 7h às 12h20), tarde (de 12h30 às 18h) e noite (das 18h10 às 23h30, somente na Unidade Bernardo de Vasconcelos). Destaca-se a exagerada quantidade de 48 turmas de Laboratorista de Análises Clínicas, sendo vinte turmas de ingressantes no 1º ano. Anos depois, o futuro Diretor Geral do Colégio Pedro II, Wilson Choeri, mencionou o exagero na quantidade de formandos nessa área como exemplo da ausência de planejamento no oferecimento desses cursos técnicos pelo CPII. Destaca-se ainda a diferença entre as 50 turmas do 1º ano e as 30 turmas do 3º ano, o que, a depender do quantitativo de ingressantes em anos anteriores, pode indicar a ocorrência de altos índices de evasão (Lima, 2021, p. 139-140).

Apesar destes quantitativos, a manutenção do ensino profissionalizante no âmbito do Colégio Pedro II não sobreviveu à modificação da lei 5692/71 pela lei 7044/82. O Colégio passou por uma expressiva redução do quantitativo de ingressantes (cf. Lima, 2021, p. 157-158), o que obrigou seus dirigentes a formularem alternativas para evitar a transferência da instituição para outra esfera de poder (estadual ou municipal).

A diminuição do quantitativo de estudantes matriculados no Colégio Pedro II vincula-se

à proibição da realização de exames admissionais ao término da 4ª série (medida imposta pela lei 5692/71). Assim, o último ano de realização de exame de admissão à quinta série foi 1975, e, como esta era a única forma de ingresso no Pedro II, ano a ano o Colégio foi perdendo alunos e extinguindo suas turmas à medida que os alunos avançaram de série, quando então a direção geral realizou convênio com a secretaria de educação municipal para que os melhores alunos da quarta série das escolas na região do entorno das unidades fossem selecionados para o ingresso no Pedro II. Por pressões políticas, o critério de seleção do município acabaria sendo comprometido para atender a interesses eleitorais, levando os dirigentes do Colégio, em 1983, à decisão de criar unidades dedicadas ao ensino da primeira à quarta séries (Colégio Pedro II, 2013, p. 72).

A criação dessas unidades, em São Cristóvão, Humaitá, Engenho Novo e Tijuca, acrescentou ao Colégio um caráter mais democrático em seu processo de seleção, pois, se antes o ingresso ocorria apenas por concurso para a quinta série e para o segundo grau, agora para o ingresso na primeira série seria realizado um sorteio anual. Dessa forma, alunos que, por questões econômicas e sociais tinham menos possibilidade de entrar através da realização da prova, com o sorteio teriam a mesma chance que qualquer outro, bastando se inscrever.

Outro aspecto importante da história do Colégio Pedro II relaciona-se com a sua inserção. Isto porque, devido à natureza de sua criação e ausência de escolas organizacionalmente similares ao Colégio Pedro II, entender qual deveria ser sua localização no organograma governamental se tornou tarefa cada vez mais complicada com o passar dos anos. Ao Governo Federal caberia a gerência sobre as universidades federais e, em raros casos, algumas escolas de ensino médio, ao Governo Estadual cabe a gerência do ensino médio e ao Municipal a gerência do fundamental. O Pedro II era a única instituição federal de ensino propedêutico que oferecia o ensino médio e fundamental, e por estar nesse limbo categórico permaneceu em constante possibilidade de ser estadualizado ou municipalizado.

Assim como a tentativa de municipalização na constituição de 1934, o Governo Federal de 1967, ao construir uma reforma administrativa recebeu de Deolindo Couto, presidente do Conselho Federal de Educação (CFE), proposta de subordinar o Colégio Pedro II à Diretoria de Ensino Secundário (Santos, 2018, p. 85), o que em termos práticos retiraria autonomia e facilitaria uma futura municipalização ou estadualização. Após argumentação contrária por membros da Congregação do Colégio, o Governo decidiu aceitar a proposta elaborada pelos professores e tornar a instituição uma autarquia federal.

O final do século XX foi marcado por significativas mudanças na estrutura educacional brasileira, a partir de mudanças definidas por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A LDB atual, a lei 9394, publicada em 20 de dezembro de 1996, foi criada com intuito de amenizar os erros cometidos nas duas décadas anteriores, substituindo uma legislação herdada do período autoritário e fortemente marcada pelos acordos MEC-USAID. Por esse motivo a nova LDB foi pensada para ser uma lei de caráter mais aberto e flexível, tornando possível a cada governo agir com maior grau de liberdade para implementar seus projetos educacionais através da administração pública federal, quer diretamente, quer por meio de ações coordenadas com outros entes administrativos (estatais e/ou privados).

Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), de perfil mais liberal, o entendimento vigente foi de que o Estado deveria se dedicar à melhoria do ensino médio geral, enquanto que o setor privado se ocuparia de atender a demanda de mercado por profissionais técnicos. Para isso foi implementado o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), que transformou as instituições federais de ensino tecnológico em centros de educação profissional e incentivou a iniciativa privada a se tornar o principal responsável pela educação profissional. E para alcançar as escolas estaduais foi lançado o Programa de Melhoria e Desenvolvimento do Ensino Médio (PROMED), incentivando as escolas a se dedicarem ao ensino médio e liberarem a educação profissional para a iniciativa privada (Assis; Medeiros Neta, 2015, p. 205).

Outro instrumento essencial para a implementação do projeto educacional do governo Fernando Henrique foi a publicação do Decreto Federal 2.208/1997, que regulamentou os capítulos referentes à educação profissional da LDB do ano anterior. Nele se destaca o artigo quinto onde diz que “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (Brasil,

1997). A escolha pelos termos concomitante e sequencial, prescindindo ensino integrado, favorecia a oferta de cursos avulsos privados ou em parceria entre instituições.

Com a eleição para presidente tendo como vitorioso o Partido dos Trabalhadores, na figura do presidente Lula, o entendimento sobre a educação profissional e tecnológica encontrou outro caminho. Favorável a uma política de estado mais desenvolvimentista, após uma série de reuniões e fóruns para debater projetos para educação, o governo publicou em 23 de julho de 2004 o Decreto 5.154, revogando o Decreto 2.208 do governo anterior e dando nova regulamentação à educação profissional para o país. O novo decreto, em seu artigo 4, possibilitava a existência de formas distintas de ministrar o curso profissional:

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso[...];

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (Brasil, 2004).

Quatro anos após o Decreto o governo sancionou a Lei 11.892/2008, instituindo a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Novos tempos se iniciariam para o ensino público federal.

## **A adequação do CPII ao novo formato dos Institutos Federais**

A partir do início do século XXI, o Colégio Pedro II procurou se adequar aos novos tempos. Com efeito, diversas mudanças ocorreram na instituição visando ampliar a estrutura física e a oferta de matrículas, bem como as modalidades de ensino. Porém, diferente da expansão ocorrida na década de 1950, o Colégio expandiu além da área central da cidade do Rio de Janeiro e para além da cidade, criando assim na primeira década a unidade escolar Realengo e as unidades escolares descentralizadas de Niterói e Duque de Caxias.

A criação da Unidade Realengo ocorreu de uma forma que poucas vezes acontecem, quando uma boa ideia encontra uma boa oportunidade. Santos (2013, p. 228) relata que o local onde se encontra o campus Realengo era uma fábrica de cartuchos do Exército que, após a desativação, foi reivindicada por um grupo de moradores denominado “Movimento Pró Escola Técnica Federal em Realengo” para que se tornasse uma escola técnica. O grupo existira desde 1983 e até aquele momento não havia conseguido alcançar seu objetivo.

Duas décadas depois da criação do Movimento dois fatos políticos convergiram a favor do projeto: a mudança do governo federal e a reeleição do professor Wilson Choeri como diretor do Pedro II. Com a posse presidencial de Lula em 2003, iniciava ali um projeto político educacional de expansão das escolas federais. Concomitante, ao ser reeleito, o professor Choeri buscava realizar um novo projeto de expansão e ao mesmo tempo de proteção ao Colégio contra a constante possibilidade de estadualização. Ele acreditava que a presença do Colégio em uma área maior no estado do Rio de Janeiro aumentaria a proteção da instituição contra ameaças externas, e assim o fez na criação das três novas unidades: Realengo, Duque de Caxias e Niterói.

Com a criação em 2004 da Unidade Realengo, localizada na zona oeste da cidade, o Colégio deixou de ofertar seus cursos apenas nas regiões mais centrais do Rio de Janeiro, ampliando a inclusão de alunos de família com menor poder econômico. Ressalte-se, ainda, que a nova unidade significaria, nos anos posteriores, um expressivo crescimento do Colégio Pedro II em termos de



quantitativo de estudantes e de níveis de ensino, pois a Educação Infantil (inaugurada em 2012) e a Graduação (inaugurada em 2020) se localizam neste campus.<sup>2</sup>

Enquanto a Unidade Realengo estava sendo implementada, o Colégio Pedro II realizaria outros dois convênios para a implementação das Unidades Descentralizadas de Niterói e Duque de Caxias, dois importantes municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro. Em 2006 Niterói foi a primeira unidade do Pedro II fora do município do Rio de Janeiro e atenderia aos estudantes da cidade que até o momento não dispunham de qualquer colégio federal. Já no ano seguinte, Duque de Caxias, localizado na Baixada Fluminense, receberia a segunda unidade fora do município, atendendo dessa forma uma nova região onde mais carece de escolas de qualidade. Os campi Duque de Caxias e Niterói atendem ao Ensino Médio e não possuem turmas de Ensino Fundamental (como acontece com os campi localizados na cidade do Rio de Janeiro).<sup>3</sup>

Este período é marcado também pela implementação dos cursos do Programa de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e médio integrado à educação profissional nas Unidades do Colégio. De fato, o Colégio já contava com um curso técnico em informática oferecido na Unidade Escolar de São Cristóvão II (Santos, 2018, p. 223-224), porém a modalidade possuía um caráter mais complementar ao ensino tradicional propedêutico da instituição, sendo oferecido no terceiro turno e a partir da 2ª série do ensino médio. De diferente forma ocorreu no ano de 2006 a implementação do ensino médio integrado. Sendo ofertado já no turno diurno, a modalidade foi criada nas Unidades Escolares de Engenho Novo II, São Cristóvão III e Tijuca II com o curso de técnico de informática, sendo criado no ano posterior, junto ao Projeto Área Verde, o curso Técnico em Meio Ambiente, na Unidade de São Cristóvão III.

Simultaneamente foi implementado o PROEJA em sua grade no ano de 2006. Com a persistente evasão alta no ensino médio noturno ofertado e os pedidos de transferência de alunos para o turno diurno, o efetivo discente noturno se tornara reduzido (Santos, 2018, p. 225). Com a publicação do Decreto 5.478, de 24 de junho de 2005, o Colégio entendeu ser uma boa oportunidade e o implementou, mesmo não sendo obrigado a adotá-lo. O Decreto 5.840, de 13 de julho de 2006, que viria a atualizar o anterior, já incluiria o Pedro II no conjunto de instituições federais que deveriam oferecer o mínimo de 10% de suas vagas nesta modalidade de ensino.

Os cursos dos primeiros anos ofertados na modalidade PROEJA foram: Montagem e manutenção de computadores (atual Técnico em manutenção e suporte em informática), nas Unidades escolares Centro, Engenho Novo II e Realengo, e o Técnico em manutenção automotiva na Unidade escolar Tijuca II, uma parceria entre o Colégio Pedro II e o CEFET-RJ, na qual o Pedro II oferecia a formação geral e o CEFET-RJ oferecia a formação profissional.

Assim, mesmo antes da equiparação do Colégio Pedro II aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (lei 12677/2012), já existiam ações oficiais objetivando aproximar a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, tais como: a implantação do Ensino Médio Integrado e a criação dos cursos de pós-graduação – o Programa Residência Docente, iniciado em 2012 (PDI, p. 27) e o Mestrado Profissional em Práticas da Educação Básica, aprovado em 2012 e 1ª turma iniciada em 2013 (Mattos; Oliveira, 2017, p. 132), entre outras mudanças.

Esta aproximação, iniciada de forma mais aprofundada na gestão do professor Wilson Choeri, pode ser apontada como condição importante, e talvez necessária, para a equiparação do Colégio Pedro II aos Institutos Federais. Neves (2021, p. 28) ressalta esse reconhecimento em um trecho apresentado em documento anexo ao Projeto de Lei 2.134/2011, que viria a se tornar a Lei 12.677/2012, na seção intitulada “Exposição de Motivos” (EM Interministerial nº 00178/2011/MP/

2 Atualmente, o Colégio Pedro II tem um universo discente de 12665 matrículas. Os campi localizados em Realengo (campi I e II, CREIR) possuem 2588 estudantes, o que equivale a cerca de 20% do total de matrículas discentes do CPII. Os dados referem-se ao ano letivo de 2023. Cf. Coordenadoria de Planejamento e Controle Acadêmico e Funcional, disponível em: [cp2.g12.br/images/comunicacao/2023/CPLAC/Estudantes.html](http://cp2.g12.br/images/comunicacao/2023/CPLAC/Estudantes.html) acesso em 03 dez. 2023.

3 O campus Duque de Caxias possui 449 estudantes, matriculados nas seguintes modalidades de Ensino Médio: regular (230) e técnico em Desenvolvimento de Sistemas (65), em Administração (47), Assistente Administrativo PROEJA (49) e Administração PROEJA (58). O campus Niterói possui 514 estudantes matriculados no Ensino Médio regular e 28 no curso subsequente de Intérprete de Libras. Os dados referem-se ao ano letivo de 2023. Cf. Cf. Coordenadoria de Planejamento e Controle Acadêmico e Funcional, disponível em: [cp2.g12.br/images/comunicacao/2023/CPLAC/Estudantes.html](http://cp2.g12.br/images/comunicacao/2023/CPLAC/Estudantes.html) acesso em 03 dez. 2023.

MEC), onde podemos ler abaixo.

Outra matéria contemplada no Anexo Projeto de Lei diz respeito à reestruturação do Colégio Pedro II. No contexto da política de expansão do ensino público pelo Governo Federal, deu-se início a um período de implantação de novas Unidades Escolares. A expansão Colégio Pedro II por meio da criação de novas unidades escolares e da implementação de novos cursos, bem como os esforços de ampliação de sua área de atuação com vistas à abertura de turmas de educação infantil e de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, acabaram por tornar imperiosa a atualização dos instrumentos legais relativos à sua ordenação e estruturação, principalmente no que se refere a pessoal. Dessa forma, estamos propondo sua equiparação aos Institutos Federais para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação profissional e superior (Brasil, 2011).

Percebemos neste trecho que o processo de expansão territorial e de oferta de cursos variados se mostrou decisão acertada quando essas medidas são apresentadas ao Congresso em argumento de defesa de um projeto de lei elaborado pelo próprio Poder Executivo. Percebemos também, pelo trecho abaixo, que o esforço do Colégio nesta execução é reconhecido pela defesa da recomposição de seu quadro pessoal:

Todo o trabalho desenvolvido pelo Colégio Pedro II nos últimos anos, desde a criação e implantação de unidades escolares até a implementação de cursos de educação profissional, se deu sem que seu quadro de pessoal efetivo – docentes e técnico-administrativos – sofresse qualquer aumento. Dessa forma, além de sua equiparação aos Institutos Federais, estamos propondo também a reestruturação de seu quadro de professores da educação básica, técnica e tecnológica e de técnico administrativos (Brasil, 2011).

A partir da equiparação, a adaptação do Colégio aos demais Institutos Federais se acelerou, com a ampliação do Ensino Médio Integrado, a criação de novos cursos de pós-graduação lato sensu<sup>4</sup> e stricto sensu<sup>5</sup>, assim como a inauguração da graduação<sup>6</sup>.

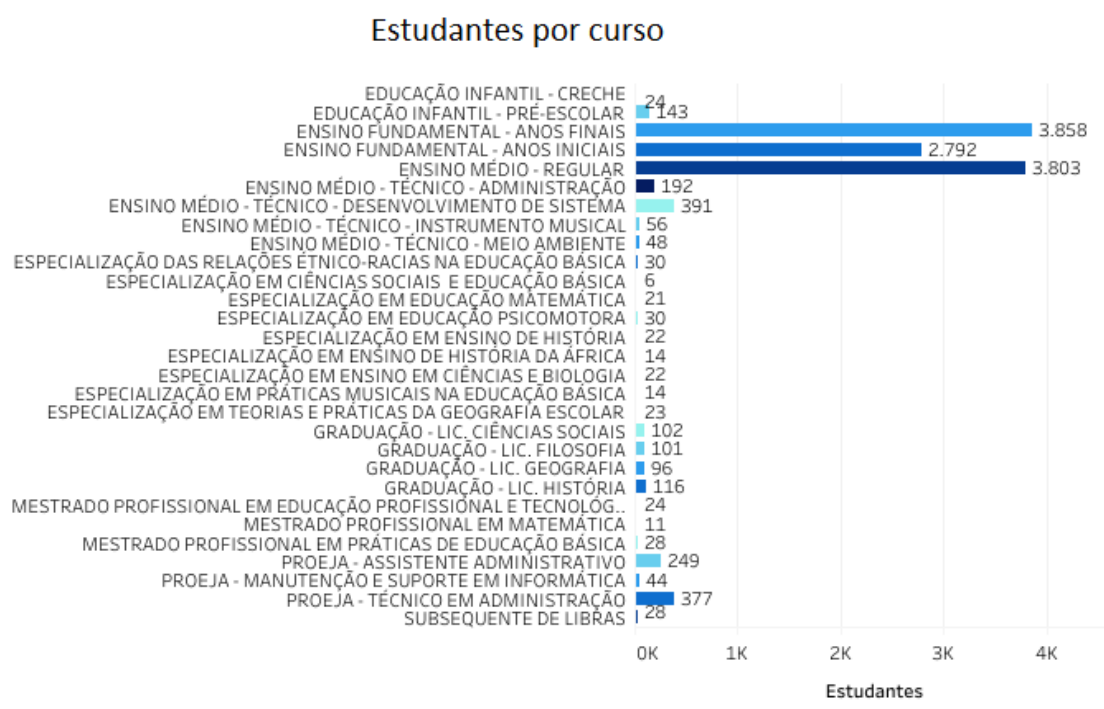
Atualmente, no ano letivo de 2023, o Colégio Pedro II possui um total de 12665 estudantes matriculados, da Educação Infantil ao Mestrado, conforme podemos observar no quadro abaixo:

4 O Colégio Pedro II possui as seguintes especializações: Artes Visuais (EAD), Ciências e Biologia, Ciências Sociais, Educação Matemática, Educação Psicomotora, EREREBÁ (Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico), Espanhol (EAD), Física (EAD), Francês (EAD), Geografia Escolar, História, História da África e Práticas Musicais na Educação Básica. Os cursos estão localizados em vários campi: Centro, São Cristóvão II, São Cristóvão III e Tijuca II.

5 O Colégio Pedro II possui os seguintes mestrados: Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica (MPPEB/CPH), Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) e o Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT). Os cursos acontecem na Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROGPEC) e no campus Tijuca II.

6 O Colégio Pedro II possui 4 (quatro) cursos de Graduação, todos na área de Licenciatura: Ciências Sociais, Filosofia, Geografia e História. Os cursos foram aprovados pelo Conselho Superior do Colégio Pedro II em dezembro de 2018 e as primeiras turmas iniciaram em março de 2020. Cf. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), 2019-2023, p. 28. Disponível em: 1. Plano de Desenvolvimento Institucional.pdf (cp2.g12.br) Acesso em 03 dez. 2023.

**Quadro 1.** Total de matrículas do Colégio Pedro II

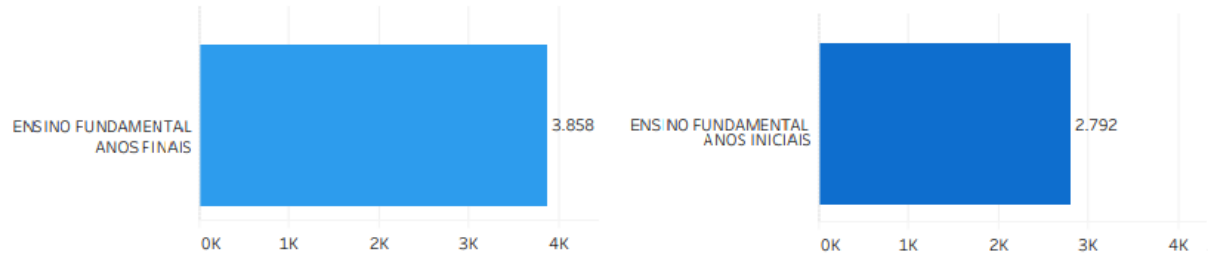


**Fonte:** Adaptado pelos autores a partir de dados do site do Colégio Pedro II (2023).

A maior parte dos 12.665 estudantes matriculados no Colégio Pedro II encontram-se no Ensino Fundamental e no Ensino Médio regular: são 2792 (119 turmas) nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e 3858 (129 turmas) nos Anos Finais do Ensino Fundamental, totalizando 6650 (248 turmas), o equivalente a 52,51% do total de matrículas. Tais estudantes encontram-se distribuídos pelos campi: Centro, Engenho Novo (I e II), Humaitá (I e II), Realengo (I e II), São Cristóvão (I e II) e Tijuca (I e II), conforme quadro a seguir:

**Quadro 2.** Total de matrículas do ensino fundamental - 2023

**Estudantes por segmento**



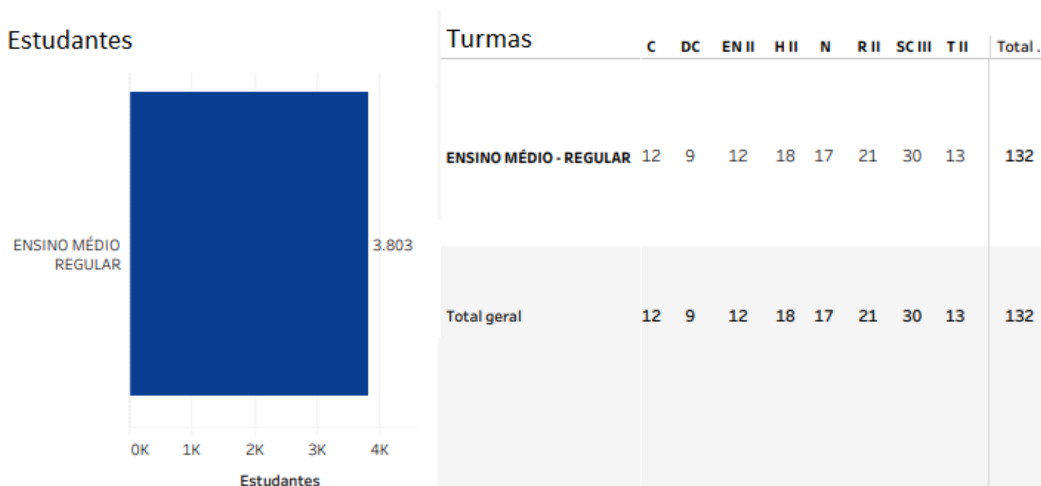
Turmas	C	EN I	EN II	HI	H II	RI	R II	SCI	SC II	TI	T II	Total..
ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS	12		16		24		20		38		19	129
ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS		20		20		20		39		20		119
<b>Total geral</b>	<b>12</b>	<b>20</b>	<b>16</b>	<b>20</b>	<b>24</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>39</b>	<b>38</b>	<b>20</b>	<b>19</b>	<b>248</b>

**Fonte:** Adaptado pelos autores a partir de dados do site do Colégio Pedro II (2023).

O Ensino Médio regular equivale a 30% do total de matrículas discentes do Colégio Pedro II: 3803 estudantes, distribuídos em 132 turmas, nos seguintes campi: Centro, Duque de Caxias,

Engenho Novo II, Humaitá II, Niterói, Realengo II, São Cristóvão III e Tijuca II, conforme quadro abaixo:

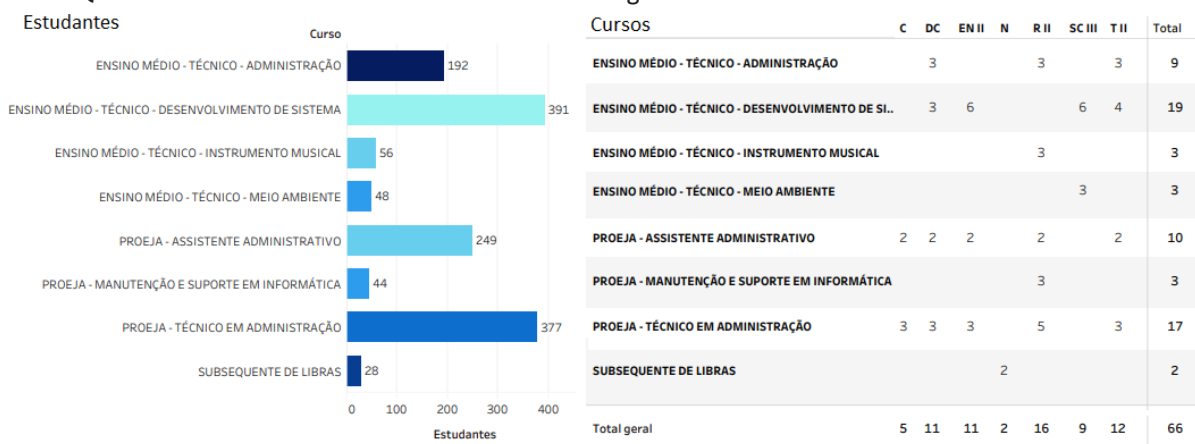
**Quadro 3.** Total de matrículas do ensino médio regular - 2023



**Fonte:** Adaptado pelos autores a partir de dados do site do Colégio Pedro II (2023).

Em relação ao Ensino Médio Integrado, existem 1385 estudantes regularmente matriculados nessa modalidade, incluindo o PROEJA e o curso subsequente de Intérprete de Libras; esse quantitativo corresponde a 10,94% do total de matrículas, e equivalem a 66 turmas, conforme quadro a seguir:

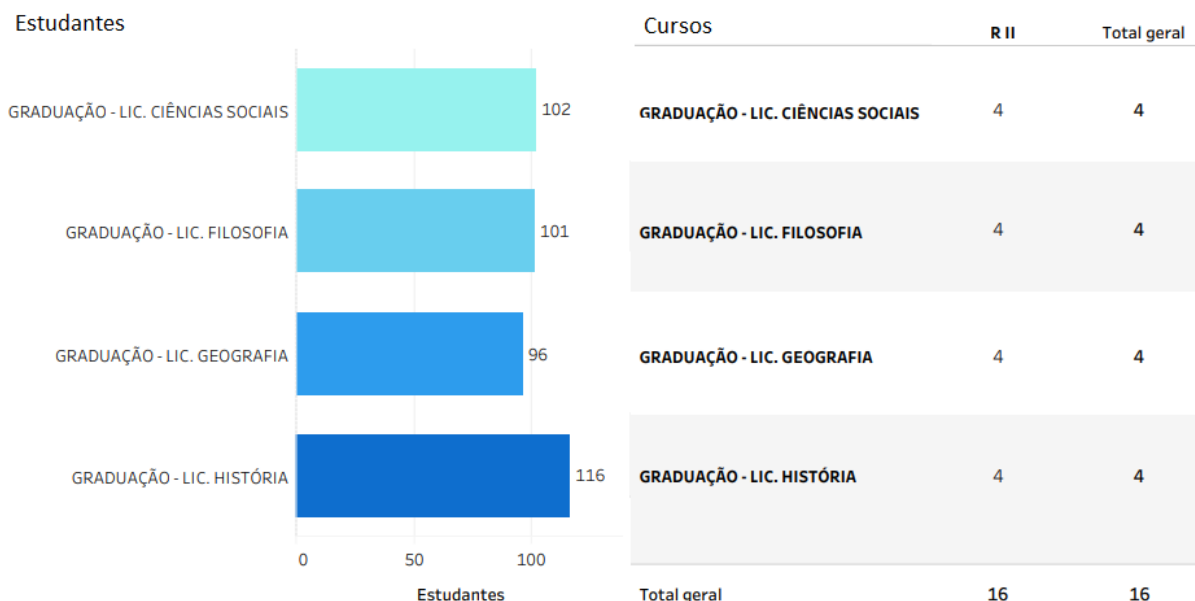
**Quadro 4.** Total de matrículas do ensino médio integrado - 2023



**Fonte:** Adaptado pelos autores a partir de dados do site do Colégio Pedro II (2023).

Em relação à Graduação, existem 415 estudantes regularmente matriculados nos cursos de Licenciatura (Ciências Sociais, Filosofia, Geografia e História), o equivalente a 3,28% do total de estudantes, conforme quadro a seguir:

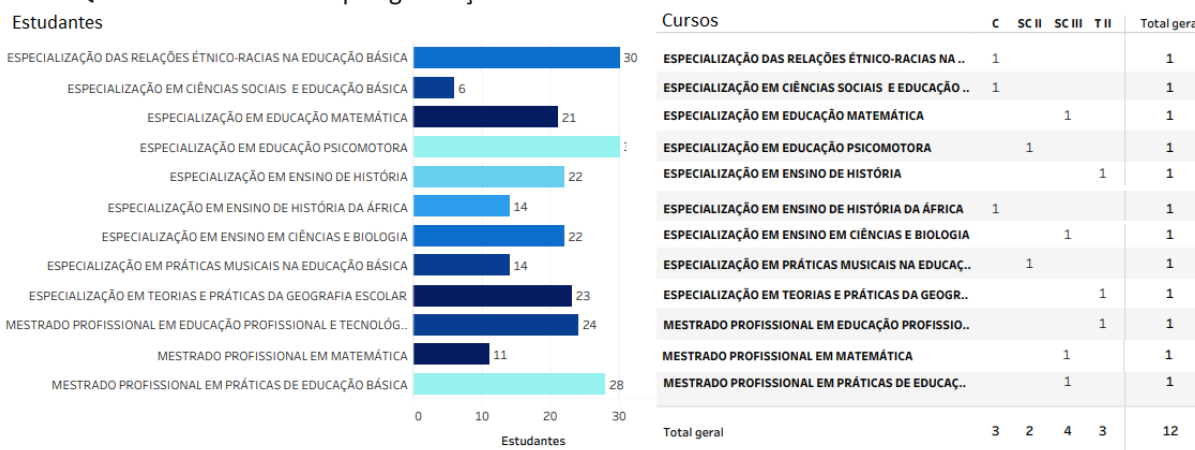
**Quadro 5. Total de matrículas da graduação - 2023**



Fonte: Adaptado pelos autores a partir de dados do site do Colégio Pedro II (2023).

No que se refere à pós-graduação (stricto e lato sensu), o Colégio Pedro II possui 245 estudantes matriculados, a maior parte nas especializações (74,29%); os mestrados possuem próximo de 0,5% de todos os estudantes da instituição e as especializações possuem 1,44% do universo discente, conforme se observa no quadro abaixo:

**Quadro 6. Matrículas na pós-graduação - 2023**



Fonte: Adaptado pelos autores a partir de dados do site do Colégio Pedro II (2023).

## Considerações finais

Com base nos dados extraídos da página do próprio Colégio Pedro II, podemos concluir que, ao menos em relação ao universo discente, essa instituição ainda não se insere plenamente na realidade dos demais Institutos Federais, pois a maior parte (mais de 80%) de seus estudantes encontram-se no Ensino Fundamental e no Ensino Médio de modalidade propedêutica.

A equiparação do Colégio Pedro II aos institutos federais de educação e ingresso na Rede Federal foi um avanço importante para a sua salvaguarda e renovação. Fóruns de discussão e conselhos deliberativos e consultivos foram criados a partir deste momento. A escolha dos diretores de campus passou a ser por eleição da comunidade, sendo antes uma escolha da direção geral (Carvalho, 2023).



Após tal fato, a instituição pode trabalhar com novas ferramentas em uma perspectiva mais clara e estável para projetos futuros. Um exemplo deste horizonte que se abriu para o Colégio é a aplicação do Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. O decreto dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sendo publicado pelo Governo Federal como parte do projeto maior de inclusão de alunos com menos recursos financeiros nas universidades federais. Com a criação das cotas universitárias ficou evidente que alguns alunos possuíam dificuldade financeira para prosseguir com os estudos, ocasionando uma evasão acima da média. Apesar de ser criado para atender às universidades, a aplicação do decreto se estendeu aos Institutos Federais por meio do artigo 4:

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (Brasil, 2010).

Ao ser equiparado aos Institutos Federais, o Colégio Pedro II teve acesso a esse e outros instrumentos, como uma maior liberdade para criar cursos de nível superior e de outras modalidades, sendo perceptível a mudança da instituição desde o processo de equiparação

## Referências

BELTRÃO, Tatiana. Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971. **Agência Senado**, 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>. Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. Presidente (1930-1945: Getúlio Vargas). **Discurso pronunciado por ocasião da cerimônia comemorativa do primeiro centenário da Fundação do Colégio Pedro II, no Teatro Municipal**. Rio de Janeiro, 02 dez. 1937. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1937/06.pdf/@download/file/06.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.134, de 24 de agosto de 2011**. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=913152&filename=PL%202134/2011](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=913152&filename=PL%202134/2011). Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto de 2 de dezembro de 1837**. Convertendo o Seminário de S. Joaquim em collegio de instrução secundaria, com a denominação de Collegio de Pedro II, e outras disposições. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret\\_sn/1824-1899/decreto-36979-2-dezembro-1837-562344-publicacaooriginal-86295-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-36979-2-dezembro-1837-562344-publicacaooriginal-86295-pe.html). Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.241**, de 22 de agosto de 1927. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5241-22-agosto-1927-563163-publicacaooriginal-87295-pl.html>. Acesso em: 10 dez. de 2023

BRASIL. **Decreto nº 29.396**, de 27 de março de 1951. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29396-27-marco-1951-333278-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 dez. 2023

BRASIL. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 10 dez. 2023

BRASIL. **Lei nº 12.677**, de 25 de junho de 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12677.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12677.htm). Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CARVALHO, William do Nascimento. **O processo de democratização do Colégio Pedro II e a sua equiparação com os demais Institutos Federais, institucionalizada pela lei 12.677/2012**. Dissertação (Mestrado Profissional em educação profissional e tecnológica)- Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2023.

COLÉGIO PEDRO II. **Dados sobre estudantes e turmas**, 2023. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2023/CPLAC/Estudantes.html>. Acesso em: 07 dez. 2023.

COLÉGIO PEDRO II. **O Colégio Pedro II: contribuição histórica aos 175 anos de sua fundação**. Comissão de Atualização da Memória Histórica. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2013.

COLÉGIO PEDRO II. **Plano de Desenvolvimento Institucional**, 2019-2023. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2023.

COLÉGIO PEDRO II. **Regimento Interno**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1927.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer nº 76/1975**. Parecer do Conselho Federal de Educação acerca do ensino do 2º grau na lei nº 5.692/1971. Disponível em: [https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/parecer\\_76-1975\\_o\\_ensino\\_de\\_2o\\_grau\\_na\\_lei\\_5.692-71.pdf](https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/parecer_76-1975_o_ensino_de_2o_grau_na_lei_5.692-71.pdf). Acesso em: 10 dez. 2023.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Brasil império**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

Horta, José Silvério Baia. **Gustavo Capanema**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

LIMA, Bruno Peres. **Entre o humanismo e o tecnicismo: a educação profissionalizante no Colégio Pedro II (1971-2013)**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em educação profissional e tecnológica)- Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2021.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Brasília: Senado Federal, 2005.

MARINHO, Igenesil; INNECO, Luiz. **O Colégio Pedro II cem anos depois**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vilas Boas & Co, 1938

MATTOS, Francisco Roberto Pinto; OLIVEIRA, Marcia Martins de. Pós-Graduação: novos trajetos para o centenário Colégio Pedro II. In: SANTORO, Marco. *et al.* (Org.). **História do Colégio Pedro II**. Editor da coleção: Francisco Roberto Pinto Mattos. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2017, p. 132. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/blog/mpcp2/files/2017/12/Volume-1-Hist%C3%B3ria-do-Col%C3%A9gio-Pedro-II.pdf> Acesso em 10 dez. 2023.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **O império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822-1889)**. HISTEDBR: Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil". Faculdade Educação, Unicamp, 1986-2006. Disponível em : [https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/periodo\\_imperial\\_intro.html#\\_ftn1](https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html#_ftn1). Acesso em: 10 dez. 2023.

NEVES, Ricardo Dias das. **O Colégio Pedro II no contexto da educação profissional e tecnológica: aspectos legais**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em educação profissional e tecnológica)- Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2021.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos; SILVA, Elisabeth Monteiro da; ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz; RODRIGUES, Vera Maria Ferreira. **Memória Histórica do Colégio Pedro II: 180 anos de história na educação do Brasil**. Rio de Janeiro: Triunfal Gráfica e Editora, 2018.

Recebido em 21 de setembro de 2023.

Aceito em 30 de outubro de 2023.